

**FESTA DOS TABULEIROS, TOMAR (PORTUGAL)
EM TORNO DE QUESTÕES DE GÊNERO E DIREITOS CULTURAIS**

***Festa dos Tabuleiros, Tomar (Portugal)
Around gender issues and cultural rights***

***Festa dos tabuleiros, Tomar (Portugal)
En torno a cuestiones de género y derechos culturales***

Heloísa Afonso Ariano
Docente da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
E-mail: heloisa.ariano@ufmt.br

Fernando André Santos Camponês
Investigador colaborador no Centro de Investigação Techn&Art do Instituto Politécnico de Tomar
E-mail: andre.campones@gmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 17, 2024, e01714, p. 1-20.

ISSN 2447-9837



RESUMO:

O debate que se apresenta entra na senda da relação entre direitos culturais, em específico, os de gênero, e os direitos humanos na Festa dos Tabuleiros, Tomar, Portugal. Um problema de gênero se coloca na medida em que o ritual se caracteriza por uma marcada diferença e oposição nos dois principais papéis rituais da festa. O foco da reflexão é pensar a participação de mulher e homem, recorrendo a pesquisa etnográfica e à luz do aparato legal produzido pela UNESCO para a salvaguarda do patrimônio imaterial, em contraste com as teorias de gênero, nas quais o gênero é refletido sem essencialismos e em termos de performance reiterativa. Elabora-se também um contraponto entre o significado do ritual e a ação cotidiana no que diz respeito a questão de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Festa; Patrimônio Imaterial; Gênero; Direitos Culturais; Direitos Humanos.

ABSTRACT:

The debate presented follows the path of the relationship between cultural rights, specifically gender rights, and human rights at the Festa dos Tabuleiros, Tomar, Portugal. A gender problem arises insofar as the ritual is characterized by a marked difference and opposition in the two main ritual roles of the festival. The focus of the reflection is to think about the participation of women and men, using ethnographic research and considering the legal apparatus produced by UNESCO to safeguard intangible heritage, in contrast to gender theories, in which gender is reflected without essentialism and in terms of reiterative performance. A counterpoint is also created between the meaning of ritual and everyday action in relation to the issue of gender.

KEYWORDS: Festival; Intangible Heritage; Gender; Cultural Rights; Human rights.



RESUMEN:

El debate presentado sigue el camino de la relación entre los derechos culturales, específicamente los derechos de género, y los derechos humanos en la Festa dos Tabuleiros, Tomar, Portugal. Un problema de género surge en la medida en que el ritual se caracteriza por una marcada diferencia y oposición en los dos roles rituales principales de la fiesta. El foco de la reflexión es pensar la participación de mujeres y hombres, a partir de investigaciones etnográficas y a la luz del aparato jurídico producido por la UNESCO para salvaguardar el patrimonio inmaterial, en contraste con las teorías de género, en las que el género se refleja sin esencialismos y en términos de desempeño reiterativo. También se crea un contrapunto entre el significado del ritual y la acción cotidiana en relación con la cuestión de género.

PALABRAS CLAVE: Fiesta; Patrimonio Inmaterial; Género; Derechos Culturales; Derechos humanos.



INTRODUÇÃO

O mundo ocidental passou em meados do século XX por uma mudança ampla na forma de reivindicar justiça social. Ao mesmo tempo em que se teorizava a respeito das classes sociais como os sujeitos políticos das transformações sociais, presenciava-se os movimentos sociais organizarem-se em torno de questões de ordem identitária e demandas de reconhecimento de diferenças proliferarem de modo mais expressivo que aquelas sedimentadas em torno de reivindicações de classe (FRASER; HONNETH, 2003). Essas mobilizações identitárias organizaram suas lutas em torno do uso de uma “linguagem de direitos”. (COWAN, 2006).

Nesta categoria situam-se, entre outras, as mobilizações constituídas em torno do direito à cultura, à memória, à história e ao patrimônio, como agregadores de identidades coletivas, com vistas a reconhecimentos, de onde eclodiram novos direitos, os direitos culturais, entre eles o direito ao patrimônio, bem como toda uma legislação para a identificação e salvaguarda de manifestações culturais populares.

Nesse repertório legal, figura a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, a qual deu origem a instrumentos legais de regulamentação de sua aplicação nos países signatários. São dispositivos legais que não têm apenas efeitos declaratórios, mas constituem deveres ao Estado em relação à salvaguarda dos bens culturais que recebem o registro como Patrimônio Cultural Imaterial. São formas culturais de interesse para diversos grupos sociais, sendo a interpretação do registro e suas consequências deflagradoras de debates conflitantes, os quais podem orientar a reflexão, reforma ou elucidação de direitos já constituídos e outros a constituir, como é o caso dos direitos coletivos, um problema de difícil resolução no direito ocidental na medida em que assenta, sobretudo, no indivíduo.

O direito ao patrimônio ampara-se no fato de que se trata de um elemento fundamental para a constituição e sobrevivência das identidades coletivas a eles associadas. Assim, o principal instrumento internacional regulador desse direito é a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural de 2003, da UNESCO, que orientou os princípios a serem considerados pelos Estados no que tange aos bens culturais que mereceriam esse destaque, regulamentados no interior de cada país e que deu surgimento a listas de classificação mundiais.

Essa reflexão refere-se ao processo de classificação a patrimônio da Festa dos Tabuleiros de Tomar, a qual se insere no quadro das festividades em honra ao Espírito Santo, que estão difundidas por todo o território continental português, com particular incidência nas regiões estremenhas e beirãs e, ainda, nas ilhas da Madeira e dos Açores. Realiza-se de quatro em quatro anos e constitui uma manifestação de ampla



participação da comunidade de Tomar, desde a soberania da decisão de sua realização até as dinâmicas preparatórias que a antecedem nas freguesias do concelho.

O culto consiste em cerimônias rituais, tanto de caráter religioso quanto de expressão festiva, iniciadas com o Cortejo das Coroas no Domingo de Páscoa, o Cortejo de Oferendas e culminando com a distribuição generalizada de gêneros alimentares, a Pêza. O formato das ofertas apresentadas em cortejo, os Tabuleiros, representam o cumprimento de promessas ao Divino e é um dos seus aspectos simbólicos centrais e elemento distintivo. Acrescente-se que a singularidade da festa consiste, ainda, nas atividades complementares que dela fazem parte como o Cortejo dos Rapazes¹, os Jogos dos Rapazes, as Ruas Populares Ornamentadas, o Cortejo do Mordomo, Cortejos Parciais e Jogos Populares², que conferem particularidades próprias e únicas a este evento festivo, onde se evidencia o forte envolvimento comunitário.

Ao longo do tempo, identificou-se diferentes ciclos na vida da festa que, apesar disso, manteve suas características únicas e distintivas. Destacam-se três conjunturas particularmente importantes. Em primeiro lugar, com o fim da periodicidade anual da festa no final do século XIX, a partir do ano de 1895. Em segundo lugar, com a revitalização festiva, em 1950, com a inclusão da comunidade concelhia no Cortejo dos Tabuleiros e nas dinâmicas preparatórias que a antecedem, fixando muito do que é essencial na festa através da uniformização de trajes e Tabuleiros. Por último, a incorporação, desde 1950, de vários segmentos estruturantes do evento festivo, tendo por base a realização de rituais locais pré-existentes de grande exuberância cenográfica.

A participação na Festa dos Tabuleiros é feita, no plano formal, por meio da envolvimento direta das instituições que asseguram a organização e reprodução desta manifestação do Patrimônio Cultural Imaterial, assim como no plano informal, por meio da participação da comunidade na elaboração, de forma voluntária e anônima, das flores que servem para a ornamentação das ofertas, das ruas e dos carros triunfais. Cabe referir que, como ato coletivo, a festa é hoje protagonizada pelos habitantes do concelho e pelos seus residentes pendulares e periódicos.

Os Tabuleiros, que dão nome à festa, são enormes estruturas verticais – que devem ter a altura da mulher que o carregará – arranjadas por canas (bambu), encaixadas sobre um cesto de vime coberto por uma toalha branca, em que 30 pães são enfiados e adornados nos entremeios com flores de papel de seda ou crepom produ-

1 O cortejo dos Rapazes é momento do festejo introduzido em 1991, no qual participam as crianças das escolas do Concelho, tanto meninas, quanto meninos até a faixa de 4 a 10 anos, embora o título refira a rapazes. Representa uma importante iniciativa de salvaguarda da festa para as gerações vindouras.

2 Os jogos populares são competições que envolvem equipes representantes de todas as freguesias do concelho, compostas tanto de homens quanto de mulheres e são disputas que lembram o que no Brasil chamamos de gincanas.



zidas na sua maioria por essas mesmas mulheres.

Uma imagem desenhada (Figura 1) em um muro da cidade atesta a existência de uma interpretação no senso comum, no qual o ato ritual de carregar o tabuleiro, exclusivo das mulheres, é visto de forma negativa devido a sua disparidade em relação ao papel do homem, que segue no cortejo sem nenhuma carga como mostra a imagem. O foco aqui é, após análise, argumentar no sentido contrário dessa hipótese, com base em pesquisa de campo e nas teorias de gênero e sexualidade, bem como nas teorias dos rituais, de modo a evidenciar assim a relação entre cotidiano, festa e ritual.



Figura 1. Pintura em muro da cidade de Tomar exibindo o par da festa dos tabuleiros.
Foto de Heloísa Afonso Ariano. Páscoa de 2023.

Essa festa foi recentemente declarada patrimônio nacional português e está em processo de candidatura a patrimônio da humanidade junto a UNESCO. Ocorre que esse órgão internacional, além do compromisso de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial, como um direito cultural, obriga-se também à responsabilidade de proteger outros direitos humanos universais, entre eles, os direitos das mulheres.

Se houver uma correspondência simbólica entre a carga de responsabilidades cotidianas das mulheres e o tabuleiro como representado no ritual, a pretensão de

classificação estaria em risco, em virtude da obstrução ao alcance de um dos 30 ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio): os direitos das mulheres de igualdade perante os homens, objetivo 5. Todavia, questiona-se: será que as mulheres que carregam o tabuleiro associam essa carga simbólica àquela de seus cotidianos? Como elas interpretam essa responsabilidade ritual?

O que se pretende, então, é analisar como a prática ritual se relaciona com o cotidiano e, por outro lado, seu significado para as mulheres que o executam, para, assim, verificar se esse olhar, que associa a carga do tabuleiro à carga de trabalho cotidiano, pode ser endossado. Para tal, procedeu-se a recolha de dados por meio da observação participante durante as dinâmicas de preparação e reprodução da prática festiva, concretamente entre os meses de abril e julho. Ao longo deste período, a maior parte das entrevistas foi registrada com gravação de áudio e vídeo, dos quais se utilizaram pequenos excertos que se incluem para suporte da presente comunicação.

GÊNERO, PATRIMÔNIO E DIREITOS: AMBIGUIDADES, AUSÊNCIAS E NEGOCIAÇÕES

A igualdade de gênero é o objetivo 5 da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a serem alcançados até 2030 e uma das duas prioridades da UNESCO para o período entre 2008 e 2013, vista como uma questão transversal à temática do patrimônio. Logo após a edição da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural de 2003, a UNESCO realizou um fórum com a presença de especialistas em dezembro de 2003 para, pela primeira vez, refletir sobre a complexa relação que mantém os direitos culturais, em particular o patrimônio, com os direitos das mulheres.

A análise do relatório final fruto desse encontro foi feita por Moghadan e Bagheritari (2007) e mostra que a equipe identificou a necessidade de maior diálogo da UNESCO com o setor das Nações Unidas responsável pela questão de gênero. Além disso, verificou-se que, na Segunda Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade (2004), as práticas culturais foram descritas em linguagem de gênero neutro, em que não são especificados o que homens e mulheres fazem para produzir e transmitir aquela forma cultural, conduta que produz invisibilidade da mulher, reprodução e reforço da discriminação, com consequente exclusão da experiência das mulheres, tanto na performance quanto na transmissão. As especialistas ressaltaram, inclusive, que as fotografias das manifestações culturais davam muito maior visibilidade às práticas realizadas por homens.

Moghadan e Bagheritari (2007) concluíram que muito mais precisava ser dito



sobre essa questão e, na análise da legislação das Nações Unidas sobre direitos das mulheres em confronto com os direitos ao patrimônio da UNESCO, mostraram que a ambiguidade da orientação daquele órgão reside no fato de que sustenta afirmações contundentes quanto aos direitos das mulheres nos documentos relativos aos direitos humanos, rejeita a justificativa pela cultura de discriminação e exclusão de mulheres. A UNESCO, entretanto, por meio de um de seus órgãos, apresenta documentos em relação ao patrimônio, sobretudo a Convenção de Salvaguarda de 2003 e a Declaração Universal da Diversidade Cultural em uma linguagem neutra, cega para gênero, na medida em que não há qualquer menção ao principal documento produzido sobre direitos das mulheres, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)³, recusando-se a reconhecer os desafios que grupos de mulheres enfrentam em relação à problemática do patrimônio em seus próprios grupos.

Sobre as ambiguidades presentes entre essas recomendações internacionais relativas ao patrimônio e a legislação internacional de direitos humanos, as autoras sugerem que a saída requer sempre acompanhamento e negociação nos contextos específicos em que os conflitos ocorrem⁴. Outras sugestões são: (i) que a Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Cultural seja sempre aplicada em consonância com os documentos sobre direitos humanos das Nações Unidas; (ii) a indicação de um levantamento da condição em que se encontra a participação das mulheres na área de cultura e artes, entre os países signatários, e (iii) a exposição da forma cultural em registro seja mais sensível à abordagem de gênero, detalhando como as mulheres participam tanto na produção quanto na transmissão do patrimônio.

Esse debate culminou na publicação do documento Igualdade de Gênero, Patrimônio e Criatividade (2014), que, ao contrário do que se passa com a noção de cultura, denunciada como retrógrada em relação à discussão antropológica (ERIKSSON, 2001; LEAL, 2013), apresenta-se sintonizado com as questões contemporâneas de gênero, mais preocupado em avançar no quesito igualdade de gênero, assumindo uma posição menos ancorada na autenticidade, com propostas, inclusive, de mudanças nas manifestações culturais, de modo a incluir mulheres, em prol de uma maior igualdade.

3 Esta é Convenção a que mais países, sobretudo no Oriente Médio e países islâmicos, não aderem em vista de dois artigos que referem ao fim da discriminação no casamento.

4 Para um delineamento mais abalizado do que isso significa, Wilson (1997) propõe, entre outros (An-na'im e Peshcova2000; Souza Santos, 2002) que pretendem solucionar as contradições entre direitos culturais e humanos, que a tarefa da Antropologia nos contextos de conflito entre direitos culturais e humanos, é estudar como os direitos humanos se relacionam com os contextos normativos locais, evidenciando como os agenciamentos locais realizam adaptações e adequações nos direitos humanos de modo a atingir seus objetivos. O caso do povo U'wa da Colômbia é exemplar. Segato (2006) apresenta um detalhamento dessas propostas e suas possíveis implicações, mostrando como as questões advindas são de difícil solução.



O documento inclui, ainda, a queixa de Smith (2008) de que em matéria de patrimônio pouco se problematiza a questão de gênero, embora ela esteja sempre presente. Aliás, a autora adverte-nos a considerar que o patrimônio é em geral masculino, como aliás o radical da palavra indica, o qual se presta a legitimar as identidades de gênero hegemônicas e as reproduz de forma fixa, desconsiderando que na realidade social concreta, há muitas maneiras da identidade de gênero se apresentar, bem como são fluidos os modos de vivenciá-las, todos válidos, dispensando assim uma hierarquização.

Não é possível compreender o patrimônio sem que seja feita uma análise que inclua, além do gênero, outras variáveis sociais, como idade, religiosidade, etnicidade e classe. As duas últimas, conforme Smith (2008), também são bastante negligenciadas na literatura, uma vez que todas são dimensões experienciais das pessoas, que tem impacto sobre o significado de algo como herança. Como afirma Smith (2008), o patrimônio não é apenas um lugar, um artefato ou uma coisa, é um processo cultural.

Isso conta ainda mais quando o patrimônio é uma festa, na medida em que envolve grupos muito díspares em termos desses marcadores identitários, muitas vezes, relacionados em termos de classe, gênero e etnicidade. Como afirmou João Leal (2013), as políticas patrimoniais assentam na ideia de que a um grupo relaciona-se um patrimônio, na temática das festas, contudo, é difícil encontrar a qual grupo pertence uma festa, face à quantidade de coletivos participantes. As experiências advindas dessas distintas posições na vida social refletem-se umas sobre as outras, produzindo efeitos diferenciados no significado que o patrimônio assume, sendo, portanto, indispensável a consideração desses desdobramentos na pesquisa.

CARREGAR TABULEIRO: APLAUSOS E EMPODERAMENTO

No que se refere à questão de gênero, com frequência, as festas têm uma organização baseada em uma divisão de trabalho por gênero: algumas tarefas são masculinas e outras femininas, seguindo os estereótipos de gênero heteronormativo do contexto em que são realizadas. Mesmo que ao olhar externo pareça que as mulheres trabalhem mais, na percepção êmica, essas atividades podem, por exemplo, ser vistas como complementares e não desiguais. Isto é, inclusive, um aspecto salientado no documento supracitado da UNESCO. Em contextos como Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brasil, e não apenas lá, as mulheres consideram que seu trabalho é equivalente ao dos homens, porque as tarefas masculinas são tidas como “mais pesadas”, requerendo mais força, algo entendido como próprio dos homens,



enquanto o que as mulheres fazem seria maior em volume, porém mais “leve”.

No caso da Festa dos Tabuleiros, as mulheres não só carregam os tabuleiros, que chegam a pesar 18 quilos, elas ainda têm um papel relevante nos bastidores das dinâmicas preparatórias, uma vez que todas as flores e adornos necessários à decoração das ruas são elaborados por elas. Em proporção estimada, pode-se dizer que cerca de 90% de todas as flores de papel e outros adereços dos ornamentos de rua são produzidos por mulheres.

A ornamentação das ruas é fruto de um trabalho de equipe altamente organizado, distribuído em várias etapas, descrito assim por uma interlocutora:

Uma flor passa por várias mãos. Alguém corta, alguém dobra, outras montam a flor. Alguém (mulher) idealizou os arranjos e definiu quantas flores e línguas são necessárias apenas nesse arranjo. São vinte adornos só nessa rua, vinte mil flores. Foi a senhora Filomena que inventou a florzinha.⁵

Essa sucinta descrição dá uma perspectiva do imenso trabalho coletivo requerido. Nessa edição de 2023, os trabalhos de produção dos adornos de rua começaram em setembro de 2022 e foram até às vésperas da festa, em 01 de julho de 2023, período em que as mulheres empenharam todas as tardes dos dias da semana ininterruptamente. Não se resumiram, todavia, ao trabalho feito coletivamente; um número expressivo ainda levava adereços para fazer em casa nos fins de semana, os quais eram exibidos orgulhosamente em fotografias.

Nenhuma dessas mulheres é originária de áreas de trabalho artesanal. Todas eram senhoras de mais de cinquenta anos, aposentadas de profissões de baixo rendimento, tais como camareira, cuidadora de idosos, empregada doméstica, funcionária de empresa de táxi e cuidadora de crianças. Não eram, em geral, moradoras da rua para a qual estavam trabalhando; a maioria vinha de outros locais da cidade. Em uma rua, uma comerciante, dona de loja também participou dos trabalhos tanto de produção quanto de montagem. Para a ornamentação das lojas e suas portas, são as funcionárias as encarregadas desse serviço. Dado o volume monumental necessário de flores e arranjos, trabalhadoras de hospitais, professores, auxiliares de educação, alunos e encarregados de educação voluntariam-se para assumir essas tarefas rituais.

Algumas mulheres exibiam os dedos desgastados de tanto lidar com cola, arames e tesouras. As costas reclamavam em função das longas horas sentadas em cadeiras nada ergonômicas. Que motivação fazia essas mulheres se submeterem a tamanho sacrifício? Teria essa atividade a conotação de sacrifício? Seriam promessas? A resposta é nem sempre.

5 Relato coletado em observação participante no mês de maio de 2023.



A razão atribuída era o amor à festa, aos ancestrais, à cidade e à tradição, um mote frequentemente enunciado para a adesão aos trabalhos da festa. Promessa? Uma senhora respondeu: “não prometo nada a ninguém”. Referem que há um contingente de pessoas que fazem promessas. As respostas conduzem a considerar o que afirma Carlos Trincão⁶, um historiador tomarense da festa, que na cidade a devoção religiosa tem sido substituída pela devoção à festa e à cidade, o que permite a esse evento se tornar um símbolo da cidade, a despeito de suas diferenças étnicas, de classe, de religiosidade ou de faixa etária. Essa afirmação ressoa com a literatura antropológica do tema, como veremos. Todavia, pelo que o campo indicou, a religiosidade é um dos motivos associado a outros, como a celebração das identidades locais que se sobrepõe.

Num segundo plano das hierarquias de significado (GEERTZ, 1988), uma categoria muito mencionada para justificar a presença ali foi o gosto pelo “convívio”. Fazendo flores e festões, elas passavam horas a conversar livremente sobre vários assuntos, o que foi resumido como “uma sessão de terapia” que as fazia sair dali com “dor nas queixadas de tanto rir.” Os assuntos iam das doenças que já tiveram, considerando que todas são de meia idade para mais, o convívio das galinhas com as perdizes no quintal, memórias de brincadeiras infantis, como a do lenço que alguém solta e quem não pegar, vai para o centro da roda e a brincadeira do anel. As mulheres chegavam por meio de relações de amizade, uma vinha trazida pela outra e faziam novas relações de amizade. Durante aquelas longas horas, recebiam o reconhecimento coletivo de várias formas. Sempre havia lanches para partilharem: bolachas que uma padaria enviou, bolo de aniversário de uma casa vizinha, frutas que o comerciante da rua agraciou. As habilidades e costumes relacionados à participação são transmitidos de geração em geração, mesmo entre as mulheres cuja mãe teria vindo de outra localidade em outro concelho.

Nesse trabalho de bastidores, longe do olhar da plateia, se observa em concreto o trabalho da festa de construir a “comunidade” e a localidade. Dele participa, inclusive, uma parcela de estrangeiros aposentados, em geral aposentados ingleses e holandeses, que escolheram viver em Tomar e participam dessas atividades como forma de se integrar na cidade. Isso se refletiu na oficina de confecção de flores de papel em que, das 12 participantes, 10 eram estrangeiras. Observa-se, nesse contexto invisível aos olhos dos visitantes e, em geral, das mídias e dos técnicos das políticas patrimoniais, aquilo que Leal (2023: 11) definiu da seguinte forma:

Enquanto se trabalha, sociabiliza-se, tecem-se laços de proximidade entre as pessoas. Quando as pessoas dizem que é um “trabalho com gosto”, é

6 Dado obtido em observação participante junto a equipe de elaboração das flores na rua Alexandre Herculano em 12/06/2023.



muitas vezes a esse lado festivo do trabalho da festa que elas se referem. O que se prende com uma segunda qualidade do trabalho da festa: ele é festivo no sentido em que o ambiente em que decorre – não obstante as responsabilidades que o rodeiam – é também ele festivo: as pessoas tiram prazer desse estar juntas e movimentam-se com à vontade entre a seriedade e a brincadeira, entre o fazer bem e o sentirem-se bem.

Como se observa, o trabalho na festa nunca tem o peso do trabalho ordinário, isso torna mais difícil equacionar se as responsabilidades são equânimes em termos de gênero. Enquanto trabalho coletivo, a festa depende para acontecer de todas as tarefas igualmente.

A questão sobre o impacto da classificação a patrimônio sobre a festa não parece ser relevante para essas mulheres, como indica a resposta: “Para nós? Nenhum impacto, pois nosso trabalho é voluntário.” Uma interlocutora lembra, sorrindo, que quando chega em casa mais de seis horas da tarde, o marido pergunta: “quando vem o salário?” e todas riem muito. Ao lado das tarefas domésticas, esse é mais um trabalho não pago que as mulheres executam mobilizadas pelo sentimento de amor. Ao serem questionadas sobre a possibilidade de a festa se realizar anualmente, rejeitaram enfaticamente.

Contudo, a festa se apresenta também para esses segmentos sociais, homens e mulheres de rendimentos baixos, como oportunidade de aumentar os seus ganhos. As mulheres, além de serem responsáveis pela execução de grande parte de flores e adornos das ruas decoradas, elaboram pequenos ramos de papoula e trigo, bem como miniaturas de tabuleiros de materiais diversos, como souvenirs da festa para venda aos turistas. Podem ser vistas ao longo de todos os 10 dias que dura o evento, vendendo essa mercadoria. Às vezes, são crianças, que nesse momento estão em férias e circulam com cestas cheias de ramos de papoulas e malmequeres a venderem pelas ruas.

Também é um momento em que pessoas da etnia cigana instalam suas banquinhas de venda de variados produtos, em geral dirigidos às crianças, mas não apenas, junto com portugueses de origem não cigana, aproveitam para vender bancos para as pessoas se sentarem, dado as inúmeras horas de espera no dia do Grande Cortejo dos Tabuleiros. Mesmo a chuva sendo incerta nessa época, quando caiu, os membros da etnia cigana apareceram do nada com guarda-chuvas para venda. Todo o comércio e indústria hoteleira se beneficia da festa, com lucros diários que se equiparam ao mensal auferido em tempo ordinário. Os novos negócios que se inauguram na cidade o fazem preferencialmente nessa época. Embora o evento seja quadrienal, o impacto nas hospedagens de hotel se verifica anualmente, pois o turismo em Tomar tem se ampliado todos os anos. É grande, portanto, o impulso da festa na economia local (DIONÍSIO et al, 2020).



Quanto à participação masculina, é significativa a presença de homens na Comissão Central, estrutura incumbida pela organização da Festa dos Tabuleiros. Na organização dos diferentes segmentos estruturantes da festa são constituídas várias equipes setoriais, cujos responsáveis são designados por Mordomos setoriais, podendo existir mais do que um em cada Comissão, e desempenham um significativo papel na divisão técnica das tarefas festivas. As Comissões Setoriais são, em regra, as mesmas de festa para festa, podendo existir ajustes na sua designação de acordo com as necessidades e missão específicas definidas pela Comissão Central. Com o intuito de organizar as dinâmicas preparatórias da festividade, são definidas as seguintes comissões: Cortejos, Bodo⁷, Cortejo do Mordomo, Ruas Populares Ornamentadas, Gestão Financeira, Cortejo dos Rapazes, Contatos Institucionais, Ornamentações, Logística, Programa Cultural, Angariação de Fundos, Secretariado, Comunicação Social, Jogos Populares, Trânsito e Transportes, Feira e Arraial, Espetáculos Populares e Serviços Técnicos.

A estrutura formal, composta pelo(a) Mordomo, representantes dos cargos públicos anteriormente elencados e Mordomos Setoriais, compreende, em média, um total de cinquenta pessoas. Acresce a estes os elementos que são convidados pelos Mordomos Setoriais a formar as respectivas equipes, podendo atingir cerca de duas centenas e meia de pessoas na organização formal da festa. Além disso, os homens assumem papel fundamental na fase de montagem das ruas populares ornamentadas.

Para manter o “mistério”, as ruas são fechadas com lonas para que os olhares indiscretos não comprometam o efeito surpresa, fundamental para o impacto que pretendem causar com a decoração. A montagem exige um tipo de trabalho que envolve o uso de furadeira, subir em escadas, lidar com material elétrico, corte de madeira, e outros serviços mais perigosos, comumente vistos como “masculinos”. Ainda assim, as mulheres estão presentes para ajudar a montar os arranjos. Essa atividade é trabalhosa e reúne poucas pessoas, mas não perde o clima festivo, em que a cerveja e a música comparecem.

A Festa dos Tabuleiros, todavia, não é generificada apenas quanto ao domínio da infraestrutura organizativa dos trabalhos, essa distribuição também aparece no cortejo principal, em que carregar o tabuleiro já não é exclusivamente uma oferta, uma promessa ou um sacrifício religioso. Há uma multiplicação de sentidos para os elementos festivos. O cortejo é formado pelos seguintes elementos: na frente colo-

⁷ O Bodo é um donativo ofertado aos mais necessitados, que na festa dos Tabuleiros é chamado de Pêza e consiste em pão, carne de vaca e vinho. Para receber, as pessoas carenciadas têm de candidatar-se junto a Comissão correspondente. A Pêza acontece sempre na segunda-feira pela manhã, último dia da festa. Em outras festas do Divino portuguesas, o bodo é uma sopa distribuída entre os presentes a festa.



ca-se o fogueteiro, seguido dos gaiteiros e tamborileiros e, depois, Banda Filarmônica; segue-se o Pendão do Espírito Santo da cidade e as três coroas transportadas por elementos diretivos da Santa Casa da Misericórdia ou membros da Comissão Central que se vão revezando entre si no decurso do cortejo; atrás, todos os Pendões e coroas das 16 freguesias, empunhados pelos respectivos representantes; seguem-se os Tabuleiros, transportados por mulheres, fazendo-se acompanhar pelos seus pares e, a encerrar o préstito, quatro juntas de bois.

No sentido de averiguar como a distribuição de trabalho entre homens e mulheres na festa é interpretada pelas mulheres, foi enunciada essa questão para algumas, e a resposta reforça uma percepção de autossuficiência das mulheres. Uma moça de pouco mais de 30 anos respondeu que as mulheres fazem o que for preciso, sem necessidade de requisitar o auxílio dos homens. O mesmo espírito apareceu sobre o ato de carregar os tabuleiros. As mulheres fazem questão de não passar o tabuleiro para o parceiro. Uma das mulheres entrevistadas, cuja filha de sete anos carrega tabuleiro mostra durante o ritual mais compromisso com a tarefa do que nos treinos, o que é interpretado por sua mãe da seguinte maneira: “quando estão juntas, aumenta a coragem; uma dá força a outra. É o que se passa também com as mulheres adultas”, conclui.

Os principais papéis no ritual são divididos também nessa ordem binária de gênero, homem e mulher, heteronormativa, rigidamente fixada, o que indica um mecanismo social naturalizador e redutor do que Judith Butler (1993) chama de masculino e feminino, que contribui, portanto, para o que a autora conceitualiza de reiteratividade na constituição dos gêneros, ou seja, como algo produzido e naturalizado por meio de práticas repetitivas e coercivas, tanto habituais quanto rituais, principalmente aquelas com demarcação rigorosa de gênero, como é o caso em análise, o que transparece nos papéis atribuídos e na vestimenta.

As festas e os rituais têm uma especificidade em relação ao cotidiano. São contextos opostos ao ordinário, cujos elementos são retirados do dia a dia, porém arranjados em tempo, espaço e recursos comunicativos de modo a criar e comunicar extraordinariedade. Desse modo guardam uma relativa autonomia em relação ao tempo cotidiano e às transformações da sociedade (VALE DE ALMEIDA, 2009).

A festa em que as mulheres carregam um cesto de ofertas ao Divino Espírito Santo alterou seu sentido ao longo do tempo e sua objetificação transformou-a de festa religiosa católica em uma celebração da identidade local tomarense, em que as demais diferenças ficaram subsumidas: etnia cigana, pretos, idosos, jovens, homens e mulheres, ricos e pobres, locais e forasteiros se reúnem para cultuar a festa e a localidade em dinâmicas de aproximações e afastamentos. (VALE DE ALMEIDA, 2009).



A turistificação (Figura 2) trouxe uma visibilidade jamais imaginada e com isso a possibilidade de os participantes se fazerem visíveis também por meio da festa. As pessoas comuns, entre elas, as mulheres, com pouca ou nenhuma visibilidade no espaço público, veem no evento uma possibilidade de projeção, um ponto controverso na opinião pública, em que há setores que recriminam esse objetivo, visto como ilegítimo e traduzido pela expressão “só querem aparecer”.



Figura 2- Cortejo dos Tabuleiros. Fotografia de André Camponês

Um exemplo: uma mulher de etnia cigana começou a carregar tabuleiro em virtude de uma aposta entre ela, suas duas irmãs e uma prima. Não havia para elas motivação religiosa; o objetivo era participar. Foram as quatro mulheres carregar o tabuleiro e, sempre que possível, continuam fazendo isso porque gostam, como dizem. Quando as pessoas as viam com a rodilha nas mãos e o tabuleiro, todas batiam palmas.

A referência às palmas é bastante disseminada nas falas das mulheres, o que denota a visibilidade feminina como um elemento importante, junto com o sentimento de integração e de pertencimento. Verifica-se também na plateia um reconhecimento dirigido às mulheres, no desejo manifestado pelos participantes de serem

fotografados ao lado das mulheres com seus tabuleiros. Os homens participam na fotografia enquanto parceiros, em um papel coadjuvante. Não se observa homens fotografando sozinhos com participantes da plateia, o que dá uma medida do interesse coletivo por essa personagem.

O papel do homem durante o cortejo também reitera o protagonismo das mulheres e envolve várias pequenas atenções dirigidas à mulher, que está no uso limite de suas forças. Assim, ao longo do percurso, o homem deve auxiliar a mulher, amparando o tabuleiro, de modo que ele se mantenha equilibrado, principalmente nos momentos de correntes de vento, que são os mais difíceis. Cabe ainda ao parceiro oferecer água à mulher com uma palhinha (canudo), já que suas mãos estão ocupadas com o tabuleiro; tirar o cabelo do rosto é outro cuidado dirigido à parceira, que não é necessariamente esposa ou namorada, os pares são formados por pessoas amigas ou parentes.

Esse significado associado a carregar o tabuleiro é mais recente e referente às mudanças produzidas pelos processos de objetificação e turistificação. O sentido propriamente religioso dessa tarefa ritual se ligava à noção de que a oferta de um sacrifício devocional seria vinculada à mulher, uma vez que o tabuleiro devia ter o tamanho de sua portadora, o que pode ser interpretado como sua contraparte espiritual⁸. Contudo, o sentido hoje atribuído a carregar o tabuleiro, associado a ter visibilidade e sentir-se empoderada durante a festa não tem necessariamente uma correspondência com igualdade feminina junto ao homem no cotidiano. As festas e os rituais transmitem mensagens de natureza ideológica sobre como a sociedade deveria ser, mas não têm uma correlação necessária com a realidade social concreta.

Se por um lado, as mulheres em Tomar provavelmente têm maior escolaridade que os homens e participação nas decisões da família, como Vale de Almeida (2009) identificou em Pardais, Portugal, na ocasião de sua pesquisa, por outro, Sagnier e Morell (2019), em uma ampla pesquisa envolvendo mulheres entre 18 e 64 anos, cuja amostra reflete 2,7 milhões de mulheres portuguesas, revelam que sua condição no quesito divisão de tarefas com os homens no lar está longe de ser o ideal ainda. Conforme essa pesquisa, 84% das filhas nessa amostra têm escolaridade superior à de suas mães e 2/3 de todas as mulheres não ultrapassam os 900 euros líquidos de renda.

É, contudo, na divisão de tarefas quanto aos filhos e a casa que a desigualdade entre homens e mulheres é mais aguda. No ritmo que segue a divisão de tarefas nas duas últimas gerações analisadas na pesquisa, deve levar ainda de 5 a 6 gerações

⁸ Esse dado foi obtido em entrevista com Kenia Aguiar Ribeiro, fotógrafa brasileira que esteve em residência artística por um ano em Tomar e realizou um belo trabalho em imagens da festa. Em Fátima observou-se que predominantemente quem está pagando promessas ajoelhada são as mulheres: apenas as mulheres faziam essa forma de sacrifício, algumas vinham com um homem ao lado segurando sua mão.

para se alcançar uma distribuição igualitária das responsabilidades sobre tarefas domésticas e cuidado com os filhos entre os casais. (Sagnier; Morell: 2019, p.37). Dessa constatação empírica que talvez advenha a associação pretendida pelos que fizeram o mural na rua de Tomar exibido anteriormente.

Como a ordem de gênero na festa é naturalizada, qualquer alteração no papel que jogam homens e mulheres seria perturbador e é nesse sentido que correm as respostas para a possibilidade de abrir o cortejo dos tabuleiros para casais gays: “não tenho nada contra os gays, mas.... a tradição seria alterada”, afirmou um membro da Comissão Central; “não vejo problema, apenas teria de se pensar como resolver a questão dos uniformes” disse um jovem, para em seguida lembrar que os idosos não pensam da mesma forma e que seria necessária toda uma nova regulamentação a respeito dos uniformes.

É de se mencionar, inclusive, que nas entrevistas aparece um eufemismo maior nas respostas do que perante iniciativas como aquela de alterar o pano branco que adorna o cesto de vime que abriga a oferta, substituindo-o por outro cujas cores eram as do arco-íris do movimento gay, a qual gerou em consequência fortes protestos. Há, portanto, maior predisposição para aceitar a abertura do cargo de mordomo a mulheres do que em admitir as cores do arco-íris no pano que adorna o cesto do tabuleiro.

CONCLUSÃO

Esta comunicação buscou abrir o debate sobre as questões de gênero e direitos culturais na Festa dos Tabuleiros.

No caso em questão, durante a nomeação do mordomo desta singular manifestação do Patrimônio Cultural Imaterial português, foi eleita, pela primeira vez, uma mulher para a função em 2019, ampliando o debate em apreço.

Destaque-se que, nos casos de conflitos entre direitos culturais e de gênero presentes na literatura, os mais graves envolvem comunidades que, do ponto de vista simbólico, encontram-se mais distantes da ideologia ocidental, como no mundo islâmico ou em povos tradicionais, nos quais as negociações podem envolver questões muito complexas como as descritas por Segato (2006) sobre os povos indígenas brasileiros, em que se observa uma verdadeira escolha de Sofia entre direitos culturais e de gênero.

No cenário da Festa dos Tabuleiros, a questão apresentada, está situada na paisagem ocidental, onde os direitos das mulheres são amplamente reconhecidos. O



desafio reside em refletir sobre como o registro das festas e rituais pode colaborar ou não para o reforço de modelos de gênero que promovem concepções fixas dos papéis masculino e feminino, além da exclusão de outras formas de vivenciar o gênero. Resta aprofundar a reflexão sobre instrumentos de salvaguarda que, ao mesmo tempo que destacam o papel das mulheres na produção e transmissão, também favoreçam uma percepção de gênero mais fluida e incluyente.



REFERÊNCIAS

AN-NA'IM, Abdullahi e PESHKOVA, Svetlana. 2000. Social movements revisited: mediation of contradictory roles. In: AMADIUME, I. e AN- NA'IM. A. (orgs.). *The politics of memory. Truth, healing & social justice*. London: Zed Books, 2000. pp. 68-89.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. 1ª Edição. Tradução Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições, 2019. 411p. ISBN 978-65-86941-09-08

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO. 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf> Acesso em 30/06/2023.

COWAN, Jane. (2006), Culture and rights after 'culture and rights'. *American Anthropologist*, 108 (1), pp. 9-24.

DIONÍSIO, M.; SILVA, C.P.; MARQUES, C. G., ALMEIDA, P.; FERNANDES, F.; COELHO, J.P. & Autor, A. The impact of the trays festival within the economy of the city of Tomar. *Journal of Tourism and Heritage Research*, vol.3, no 4, pp. 252-265, 2020. Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjpr-nwq9CBAXVyRqQEHY7eD7sQFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F7907959.pdf&usg=AOvVaw-3g9llr2cCgoODBbVT9Jl7g&opi=89978449>. Acesso em 20/04/2023

ERIKSEN, Thomas. Between Universalism and Relativism. A Critique of the UNESCO Concept of Culture. In: COWAN, J.; DE MBOUR, M.B.; WILSON, R. (org.), *Culture and Rights. Anthropological Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p.127-148.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political philosophical Exchange*. London, New York: Verso, 2003.

LEAL, João. Patrimônio Cultural Imaterial, Festa e Comunidade. In. CAMPOS, Yussef. (org.), *Patrimônio Cultural Plural*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p.144-162.

_____. Agitar antes de usar: a Antropologia e o patrimônio cultural imaterial. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.3, n.9, Jul./Dez.2013 – ISSN- 2177-4129 – Disponível em <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede>. Acesso em 16\03\2023.

_____. O Trabalho que a Festa Dá: etnografias do Trabalho Festivo. *Mana Rio de Janeiro*, v.29, n.3, 2023. Rio de Janeiro, 2023. <https://doi.org/10.1590/1678-49442023v-29n3e2023038.pt>

MOGHADAM, Valentine; BAGHERITARI, Manilee. (2007) Cultures, Conventions, and the Human Rights of Women: Examining the Convention for Safeguarding Intangible Cultural Heritage, and the Declaration on Cultural Diversity. *Museum International*, 59:4, p.9-18, DOI: 10.1111/j.1468-0033.2007. 00618.x

SMITH, Laurajane. Heritage, gender and identity. In: GRAHAM, Brian and HOWARD,



Peter. *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Abingdon: Routledge, (24 abr 2008), accessed 26 jul 2023, Routledge Handbooks Online.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Quando a máscara esconde uma mulher. In: COSTA, Paulo Ferreira (org.) *Museus e Patrimônio Imaterial: agentes, fronteiras e identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação: SoftLimits, 2009. p.51-60.

SAGNIER, Laura, MORELL, Alex. (coord.) *As mulheres em Portugal hoje*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019. Disponível em: <https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-04/as-mulheres-em-portugal-hoje.pdf>. Acesso em 20/06/2023. ISBN: 978-989-8943-72-9

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 207–236, abr. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mana/a/tRYDbBv8ZQf9SJmpvSywtjb/#>. Acesso em 27 de julho de 2023.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos”. In: _____. (org.). *Reconhecer para libertar*. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 427-461.

WILSON, Richard A. (org.). *Human rights, culture & context*. Anthropological perspectives. London/ Chicago: Pluto Press, 1997. 236p. ISBN: 0745311431 0745311423

